

Congresso 2020: Educação financeira pode ajudar as pessoas a lidarem com o dinheiro

Richard Thaler, ganhador do Nobel de Economia, considera que a tecnologia também pode ser uma grande aliada no controle de gastos

A educação financeira como parte do ensino fundamental pode ajudar as pessoas a lidarem com o dinheiro, mas não consegue, sozinha, transformar o comportamento humano. A avaliação é de Richard Thaler, ganhador do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas e estudioso da economia comportamental, durante painel no [Congresso Brasileiro de Mercado de Capitais](#), evento organizado pela ANBIMA e pela [B3](#), nesta segunda-feira (23).

Segundo o especialista, pesquisas apontam que, após dois anos de um programa de educação, o conhecimento pode ir se perdendo. E brinca: “O quanto você lembra da matéria de química que teve no ensino médio?”. Por isso, ele não é otimista quando pensa que uma aula na adolescência irá ensinar as pessoas, de fato, a economizar para a aposentadoria ou a evitar dívidas no cartão de crédito.

Para Thaler, devemos educar, mas o mantra é “se você quer que as pessoas façam algo, faça isso ser fácil”. Ou seja, é preciso ter ferramentas que contribuam para a tomada de decisões. Ele sugere, por exemplo, deduções automáticas do salário de uma pessoa quando o objetivo é poupar para a aposentadoria.

Tecnologia

O Nobel de Economia considera que a tecnologia será uma grande aliada das finanças pessoais. A facilidade trazida pelos aplicativos até pode gerar um impulso para se gastar mais. Mas esses aplicativos não são necessariamente ruins – as carteiras digitais, por exemplo, podem ajudar a exercer o autocontrole.

Como exemplo, ele cita a empresa de um dos seus ex-alunos que ajuda as pessoas a lidarem com o cartão de crédito: ela administra e paga as faturas em troca de uma pequena taxa. “Acredito que a tecnologia vai ajudar as pessoas a terem mais controle das suas finanças”, diz. Segundo ele, qualquer que seja o seu capricho, como a compra de sapatos ou de vinho, a tecnologia vai avisar que você já gastou demais naqueles itens e contribuirá para controlar os gastos.

Efeitos da pandemia

Aquiles Mosca, presidente do [Grupo Consultivo de Educação de Investidores da ANBIMA](#), questionou

Thaler se a pandemia de Covid-19 poderia estimular uma mudança de comportamento em relação à economia de recursos. “Estudo da ANBIMA mostra que 56% dos brasileiros não tinham nenhuma economia quando a pandemia começou. Não estavam preparados para uma crise desta magnitude, com alto desemprego e receita em queda”, cita o executivo.

Thaler concorda que um dos aspectos trágicos da pandemia é que ela atingiu com mais força os mais pobres, mas não acredita que as pessoas vão economizar dinheiro devido ao que aconteceu. E ressalta: o único jeito de ajudar as pessoas a construírem um pé de meia é deixar isso fácil e automático.

Juros baixos

Ao falar sobre a mudança de perfil dos investidores brasileiros, Mosca lembrou que a B3 viu o número de investidores pessoa física dobrar nos últimos 12 meses. Para ele, a redução da taxa de juros levou muitos brasileiros a buscarem opções de investimentos com maior retorno.

Olhando para os Estados Unidos, Thaler comentou que também houve um aumento exponencial no número de investidores da bolsa. Mas ele questiona se isso foi realmente motivado pela baixa dos juros.

Para o especialista, esse movimento pode ter outras duas explicações. Durante a crise, muitas corretoras zeraram suas taxas de negociação: o fato dessas movimentações serem de graça pode ter atraído os investidores a operarem mais na bolsa. Outra razão seria que, por estarem em casa durante o isolamento social, as pessoas podem ter substituído as apostas que faziam em outras áreas (como jogos e esportes) para as finanças.

“Há uma mudança no que as pessoas estão apostando, mas é necessário muito cuidado, porque resultados bons nos últimos seis meses não te tornam um gênio dos investimentos. Você será um gênio se souber a hora de vender”, afirma.

Olhos para o futuro

A indicação de Janet Yellen, ex-presidente do [Fed](#) (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos), para o cargo de secretária de Tesouro do governo do presidente Joe Biden, nos Estados Unidos, foi comemorada por Thaler. “Essa mudança será muito bem-vinda em relação aos últimos quatro anos. O mercado deveria respirar aliviado.”

Para finalizar sua participação no evento, sugeriu dois livros que leu durante o isolamento social causado pela pandemia: “A regra é não ter regras”, primeiro livro escrito por Reed Hastings, CEO

da Netflix, e de Erin Meyer, e o livro do ex-presidente Barack Obama, “Uma terra prometida”. “Se você entende bem o inglês, vale a pena o áudio livro com a voz do próprio Obama”, disse Thaler.

Congresso 2020: CVM prepara revisão de regra dos FIDCS

Audiência pública pode incluir a criação de uma classificação para FIDCs socioambientais e o fim da obrigatoriedade de avaliação de risco para alguns tipos de fundos

A agenda regulatória da [CVM](#) para 2021, que deve ser anunciada na íntegra nas próximas semanas, vai incluir a revisão dos regimes de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), a exigência de que companhias prestem informações de ASG (aspectos ambientais, sociais e de governança) e também mudanças nas ofertas públicas.

“Alguns dos anúncios que faremos, da agenda para 2021, são aguardados pelo mercado há um tempo”, explica Marcelo Barbosa, presidente da CVM. Ele cita as mudanças nos FIDCs. “Neste caso, fomos atropelados por outra regra, editada pelo governo, e optamos por avaliar melhor o tema”, referindo-se à [Lei da Liberdade Econômica](#), publicada em setembro de 2019. “Optamos por refletir antes sobre a nova lei e depois fazer algo mais robusto. Será uma regra com um novo regime para os FIDCs e também para os chamados fundos 555.”

Ao participar de um dos painéis do [Congresso Brasileiro de Mercado de Capitais](#), evento organizado pela ANBIMA e pela [B3](#), nesta segunda-feira, dia 23, Barbosa falou de algumas mudanças que podem constar na minuta sobre FIDCs. Para alguns tipos de fundos, o regulador pensa em propor a eliminação da obrigatoriedade de classificação de risco. Também é avaliada a definição de regras para a determinação de um FIDC como socioambiental. “O regime destes fundos já vinha se revelando carente de uma atualização. O produto tem potencial enorme e, com algumas alterações, poderá voltar ao nível de crescimento de outros anos”, avalia.

Ao comentar outras possíveis pautas da agenda da CVM, Barbosa acrescenta a possibilidade de que fundos dedicados ao público em geral possam aplicar até a totalidade do patrimônio em ativos do exterior. “Claro que haverá ressalvas, ponderações neste tipo de mudança em relação ao público em geral e ao qualificado”, afirma o executivo sem dar detalhes.

Companhias abertas e ofertas públicas

O regulador deve tratar ainda de uma proposta de revisão do regime informacional das companhias abertas, buscando simplificar os processos. A obrigatoriedade de que as empresas prestem informações de caráter ambiental, social e de governança, dentro do conceito ASG, também ganhará atenção da autarquia. Sobre as ofertas públicas, o presidente da CVM afirma que a ideia é “lançar um novo arcabouço que substitua o que hoje consta das Instruções 400 e 476, incluindo um

debate sobre o período de silêncio que antecede a oferta”.

Influenciadores

Uma pergunta do público levantou a preocupação do mercado sobre a atuação de influenciadores na internet. “Hoje tem muito trader vendendo curso em redes sociais e os chamados influencers que chegam a dar dicas de investimentos”, leu Gilson Finkelsztain, CEO da B3, perguntando como a CVM acompanha o assunto. Temos visto este meio (dos influencers) como vemos os meios tradicionais: se percebemos algo que se assemelha a uma atividade regulada, chamamos para conversar”, explicou Barbosa.

Assembleias

Carlos Ambrósio, presidente da ANBIMA, destaca a possibilidade de realização de assembleias online, uma das mudanças trazidas pela CVM em 2020. “O momento não está sendo fácil e foram muitas as iniciativas importantes adotadas pelo regulador. Uma delas foi a autorização para assembleias virtuais em um ano de pandemia”, comenta Ambrósio. O presidente da CVM avaliou a medida: “Felizmente, não constatamos problemas decorrentes do fato de [as assembleias] serem virtuais. A migração para uso do meio, total ou parcial, não trouxe problemas técnicos e se mostrou acertada”, diz.

Congresso 2020: Nova agenda busca ampliar base de investidores e emissores no mercado

Documento da ANBIMA e B3 também prevê maior incentivo ao mercado secundário e fomento à securitização

Diversificação da base de investidores, ampliação do rol de emissores, incentivo às negociações no mercado secundário e fomento à securitização. Esses são os quatro pilares da nova [agenda conjunta lançada por ANBIMA e B3](#). O documento reúne propostas nas esferas microeconômica e regulatória para contribuir com o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro nos próximos anos.

[+ Confira a Agenda ANBIMA B3 Mercado de Capitais: caminhos para o desenvolvimento](#)

“Várias das questões que trouxemos na primeira versão da agenda, em 2018, avançaram bastante e hoje temos uma agenda dinâmica e que pode ser ampliada a cada ano. Avanços regulatórios e microeconômicos são necessários para a evolução do mercado de capitais brasileiro”, diz Ana Carla Abrão, head do escritório da consultoria [Oliver Wyman no Brasil](#). Ana Carla, que também é

conselheira da [B3](#), mediou o painel de abertura do [Congresso Brasileiro de Mercado de Capitais](#), evento organizado pela ANBIMA e pela B3 nesta segunda (23).

Aumento da base de investidores

Ampliar a oferta de alternativas para a pessoa física – o que inclui a alocação em ativos no exterior –, investir em educação financeira e facilitar a vinda do capital estrangeiro para o Brasil são alguns dos exemplos de medidas propostas para ampliar a base de investidores do mercado brasileiro. A ANBIMA trabalha na revisão da qualificação do investidor para priorizar não apenas o volume de patrimônio da pessoa física, mas também aspectos como momento de vida e apetite a risco. “Entendemos que a agenda de diversificação de portfólios e de educação precisa ser valorizada”, afirma José Eduardo Laloni, vice-presidente da ANBIMA.

Pelos altos custos envolvidos, o segmento de pequenas e médias tem baixa participação no mercado de capitais, o que restringe as opções de ativos de longo prazo. Atrair essas companhias é um pilar importante da agenda. O objetivo é buscar uma regulamentação mais leve, efetiva e que culmine na redução dos custos de captação de dívida ou ações – como as emissões de debêntures ou os IPOs (ofertas públicas iniciais de ações). “Não existe um mercado de capitais que permita o acesso de pequenas e médias empresas sem um custo financeiro compatível e isso afugenta esse segmento no Brasil”, diz Laloni.

Além de um formato mais ágil e barato de acesso ao mercado, também é preciso estimular a demanda para ações e títulos de empresas de menor porte. Para Gilson Finkelsztain, CEO da B3, o problema no Brasil nunca foi a qualidade da oferta dos pequenos negócios, mas a falta de demanda. “Os papéis dessas pequenas empresas competiam com um histórico de juros altos. Hoje o cenário é diferente”, afirma. A [CVM](#) trabalha na reforma da regulação de ofertas públicas (Instruções [400](#) e [476](#)) e a expectativa é que uma audiência seja realizada no final de 2020 ou início de 2021. O foco da revisão é a implementação de medidas que reduzam os custos financeiros das emissões.

Mercado secundário

Em 2017, menos de 1% das debêntures eram precificadas no mercado secundário, percentual que chegou a 5% em 2020. Há três anos, o giro desses títulos correspondia a 10% dos volumes de debêntures. Atualmente, são 25%. “Os exemplos mostram que o mercado secundário equivale a correr uma maratona. Você chega no quilômetro 20 e se sente cansado, uma vez que há muita coisa a fazer. Mas já andamos bastante”, comenta Laloni. Um dos problemas endereçados pela agenda é a falta de padronização na precificação. A ANBIMA lançou em 2019 um [guia de padronização de debêntures](#) que uniformiza cláusulas e fórmulas de cálculo. O objetivo é trazer mais transparência e aumentar a liquidez no secundário.

Modernização dos instrumentos de securitização

O mercado de securitização brasileiro tem enorme potencial, mas ainda é muito concentrado em ativos imobiliários e do agronegócio. “Há uma demanda por desconcentração, uma agenda que será objeto de discussão com os reguladores”, diz Ana Carla. A intenção é aumentar o número de setores participantes nos próximos anos. Um exemplo é o de educação. “Já iniciamos conversas com os reguladores para viabilizar um certificado de recebíveis de educação”, completa Laloní. A securitização de recebíveis de entes públicos também está no radar. Outra proposta é melhorar a regulamentação das securitizadoras, com o objetivo de criar regras de conduta para as empresas que exercem essa atividade.

Congresso 2020: Mercado de capitais mostra resiliência durante a pandemia

Perspectivas para 2021 são positivas, mas risco fiscal e segunda onda de Covid-19 trazem incertezas

Com a pandemia e as medidas de isolamento social que reduziram drasticamente o ritmo da economia, o Brasil passou por um dos momentos mais voláteis no mercado acionário em 30 anos. Mesmo assim, no acumulado do ano até novembro, a bolsa brasileira somou 46 emissões de ações, sendo 25 IPOs (ofertas públicas iniciais de ações) e 21 follow-ons.

“Parece pouco, mas a média anual de IPOs entre 2011 e 2019 foi de apenas cinco por ano”, afirma Gilson Finkelsztain, CEO da [B3](#). A resiliência do mercado brasileiro durante a crise de Covid-19 foi um dos temas discutidos no painel de abertura do [Congresso Brasileiro de Mercado de Capitais](#), evento organizado pela ANBIMA e pela B3 nesta segunda (23).

Para José Eduardo Laloní, vice-presidente da Associação, salvo o solavanco em março e abril, a pandemia não impediu o mercado de capitais de continuar viabilizando captações e rolagem de dívidas das empresas. No acumulado do ano até outubro, as emissões de CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), por exemplo, somam R\$ 45 bilhões, volume próximo ao de igual período do ano passado. Até junho, o mercado de capitais respondeu por 17% do mix de financiamento das empresas. Há quatro anos, esse percentual não passava de 8%.

“Foi inevitável comparar a pandemia com outras crises que passamos, em que as taxas de juros subiam e o mercado de capitais se fechava prontamente. Desta vez, tivemos a oportunidade de contar com um mercado ativo”, diz Laloní. Os investidores locais foram os grandes protagonistas em um cenário de maior aversão a riscos para os estrangeiros. Ao final de outubro, a bolsa somava 3,14 milhões de pessoas físicas, um crescimento de 86% em relação ao número do final de 2019. Os juros baixos estimularam a busca de alternativas de investimento com maiores retornos, em particular ativos de renda variável.

Mesmo a perspectiva de elevação das taxas de juros em 2021 não deverá interromper esse

movimento: os investidores passam a enxergar as movimentações dos juros como situações transitórias. “Não somos mais a república da renda fixa. O próprio investidor mudou e entendeu a importância da diversificação das carteiras. Há uma nova geração que começa a investir mais cedo – as próprias plataformas de distribuição fazem um grande trabalho para democratizar o acesso a investimentos com mais risco”, fala Finkelsztain.

Cenário desafiador, perspectivas positivas

Os bons resultados do mercado de capitais em 2020 geram perspectivas positivas, apesar das incertezas do momento atual. “Para 2021, vemos os cenários local e global desafiadores, com a chegada da segunda onda da pandemia em alguns países, incertezas sanitárias no Brasil e um grande desafio na seara fiscal”, comenta Ana Carla Abrão, head da consultoria [Oliver Wyman no Brasil](#), que mediu o painel.

Por outro lado, lembrou Finkelsztain, há ampla liquidez global, fruto da injeção de recursos de bancos centrais nas economias, em um cenário de taxas de juros reais baixas ou negativas e com as pessoas à procura de destinos internacionais para suas aplicações. Nesse cenário, atrair os investidores estrangeiros para o mercado local de renda fixa e variável é outro desafio. “Nenhum mercado de capitais desenvolvido vive apenas do investidor local. Sabemos que a legislação cambial brasileira, por exemplo, é muito restrita. O cenário fiscal e o andamento da economia também são importantes para dar a credibilidade para o nosso mercado”, avalia Laloni. “O estrangeiro voltará quando tiver mais previsibilidade de que manteremos o compromisso fiscal, respeitaremos o teto de gastos e avançaremos com a agenda de reformas”, completa Finkelsztain.

Fonte: ANBIMA, em 24.11.2020